



PLMJ  
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## DESTAQUES DE 13 A 17 DE MAIO

### NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

#### AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 66/2013. D.R. n.º 95, Série I de 2013-05-17](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Procede à desafecção do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores

#### ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

##### ÚLTIMAS INICIATIVAS

[Proposta de Lei 147/XII](#)

Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação do trabalho

Autoria: Governo

[Proposta de Lei 146/XII](#)

Aprova a Lei da Investigação Clínica.

Autoria: Governo

## ENERGIA

[Directiva n.º 7-A/2013. D.R. n.º 92, 2.º Suplemento, Série II de 2013-05-14](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Determinação de medidas correctivas, de intervenção e de compensação aos clientes resultantes da auditoria aos contadores bi-horários e tri-horários da EDP Distribuição

[Directiva n.º 8/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprovação do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do sector eléctrico

## FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Oficial do Banco de Portugal nº 5/2013](#)

[Indicadores de Conjuntura - Maio 2013](#)

[Relatório Anual do Conselho de Administração - 2012](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Estatísticas Trimestrais sobre Day-Trading - 1º Trimestre de 2013](#)

[Indicadores de Síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - Abril 2013](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Manifestação de interesses relativos à constituição de grupos de stakeholders](#)

## FISCAL

[Portaria n.º 177/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13](#)

Ministério das Finanças

Fixa, para o ano de 2012 a percentagem do montante das cobranças coercivas derivadas dos processos de execução fiscal instaurados pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira a afectar ao Fundo de Estabilização Tributário

[Decreto-Lei n.º 64/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13](#)

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 36-A/2011](#), de 9 de Março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Directiva n.º [2009/49/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º [2010/66/UE](#), do Conselho, de 14 de Outubro

[Acórdão n.º 197/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional o n.º 1 do artigo 14.º da Lei das Finanças Locais, na parte em que aí se estabelece que, tendo a derrama municipal como base de incidência o lucro tributável, não é possível o reporte dos prejuízos fiscais

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 30145/2013 - 17/05 - CIVA - Legislação complementar - Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto. Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de Agosto.](#)

## PAGAMENTO DE PORTAGENS

[Parecer n.º 36/2012. D.R. n.º 92, Série II de 2013-05-14](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Isenção do pagamento de portagens por parte dos veículos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Conflito de normas.

## PENAL

[Lei n.º 34/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime do exercício da actividade de segurança privada e procede à primeira alteração à [Lei n.º 49/2008](#), de 27 de Agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal)

## SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 69/2013. D.R. n.º 95, Série I de 2013-05-17](#)

Ministério da Saúde

Procede à criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., e do Hospital de Faro, E.P.E

## SECTOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO E NAÚTICA DE RECREIO

[Portaria n.º 184/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16](#)

Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Aprova as taxas e os respectivos montantes pela prestação de serviços e emissão de documentos pela Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, os preços da venda de bens e a percentagem da receita de exploração de cada porto integrado em administração portuária que constitui receita própria da Direcção-Geral

## TMT

[Acórdão n.º 152/2013. D.R. n.º 92, Série II de 2013-05-14](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do n.º 7 da Portaria n.º 126-A/2005, de 31 de Janeiro, conjugada com o respectivo anexo (taxa de utilização do espectro radioelétrico)

[Regulamento n.º 169/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15](#)

Icp - Autoridade Nacional de Comunicações

Regras de utilização de números 18xy do Plano Nacional de Numeração para serviços informativos - outras listas

## TRABALHO E EMPREGO

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2013. D.R. n.º 93, Série I de 2013-05-15](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A condição de sócio gerente de uma sociedade comercial, sem direito a qualquer remuneração, de um trabalhador por conta de outrem, cujo contrato de trabalho cessou, não obsta à caracterização da respectiva situação como de desemprego, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, do [Decreto-Lei n.º 119/99](#), de 14 de Abril, e 2.º, n.º 1, do [Decreto-Lei n.º 220/2006](#), de 3 de Novembro, respectivamente

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 5/2013. D.R. n.º 95, Série I de 2013-05-17](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: De acordo com as disposições articuladas das alíneas f) e h) do artigo 4º do Regulamento das Custas Processuais e do artigo 310º/3 do Regime do Contrato de Trabalho na Função Pública, aprovado pela [Lei n.º 59/2008](#), de 11 de Setembro, os sindicatos, quando litigam em defesa colectiva dos direitos individuais dos seus associados, só estão isentos de custas se prestarem serviço jurídico gratuito ao trabalhador e se o rendimento ílquido deste não for superior a 200 UC

## TURISMO

[Resolução da Assembleia da República n.º 65/2013. D.R. n.º 92, Série I de 2013-05-14](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que considere o turismo religioso produto estratégico no âmbito do PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

[Resolução da Assembleia da República n.º 66/2013. D.R. n.º 92, Série I de 2013-05-14](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que valorize o turismo religioso como um produto estratégico no âmbito da revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo - PENT

[Lei n.º 33/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

#### ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Decisão de Execução da Comissão, de 6 de Maio de 2013](#), que autoriza os Estados-Membros a adoptar certas derrogações nos termos da Directiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas

[Regulamento de Execução \(UE\) n.º 447/2013 da Comissão, de 15 de Maio de 2013](#), que estabelece os procedimentos para os GFIA (gestores de fundos de investimento alternativos) que optem por ser abrangidos pela Directiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho

[Regulamento de Execução \(UE\) n.º 448/2013 da Comissão, de 15 de Maio de 2013](#), que estabelece um procedimento para determinar o Estado-Membro de referência de um GFIA (gestores de fundos de investimento alternativos) extra-UE nos termos da Directiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho

### COMISSÃO

#### [Ter uma conta bancária quando é necessário](#)

As novas medidas propostas têm por objectivo conferir a todos os europeus o direito legal de dispor de uma conta bancária em qualquer país da UE, bem como facilitar a mudança de banco ou de prestador de serviços bancários.

#### [O reforço da cooperação na UE aumenta a segurança dos consumidores](#)

O RAPEX é o sistema de alerta rápido entre os Estados-Membros da UE e a Comissão Europeia para produtos não alimentares. O seu papel consiste em divulgar informações rapidamente sobre produtos de consumo potencialmente perigosos. Isto permite a identificação e a retirada precoce dos mercados da UE de produtos que podem representar um risco para os consumidores, tais como vestuário para criança, têxteis e aparelhos eléctricos que não cumprem as normas de segurança.

#### CONSULTAS PÚBLICAS

#### [Reformar a estrutura do sector bancário da EU](#)

16.05.2013 – 03.07.2013

## PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 16 DE MAIO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Determinar que a Equipa para os Assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica coordene e acompanhe a execução de medidas destinadas a garantir que os eleitores, no próximo ato eleitoral autárquico, têm pleno conhecimento das alterações decorrentes da reorganização administrativa.

- Transposição de cinco directivas comunitárias que actualizam a lista de substâncias activas que podem ser incluídas em produtos biocidas a colocar no mercado

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”  
*Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012*  
*The Lawyer European Awards, 2012*  
*Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011*



“6ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”  
*Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012*



“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”  
*Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010*

